



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia  
Brasil

Magalhães, Pablo  
PAULINO DA SILVA BARBOSA O BAIANO QUE LIDEROU A REVOLUÇÃO  
CONSTITUCIONAL EM MACAU E CRIOU O JORNAL A ABELHA DA CHINA (1822-  
1823)  
Afro-Ásia, núm. 52, 2015, pp. 275-310  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77050451009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**PAULINO DA SILVA BARBOSA**  
**O BAIANO QUE LIDEROU**  
**A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL EM MACAU**  
**E CRIOU O JORNAL *A ABELHA DA CHINA* (1822-1823)**

*Pablo Magalhães\**

O primeiro jornal da China em tipografia moderna, que utiliza os caracteres móveis desenvolvidos pelo alemão Johannes Gutemberg no século XV, foi criado por um baiano em 1822. Essa afirmação, a princípio, parece insólita! Até o presente, essa informação permaneceu desconhecida. Nenhum bibliógrafo português ou brasileiro menciona isso. Não consta nos dicionários bibliográficos de Inocêncio Francisco da Silva (1858-1973) ou do baiano Sacramento Blake (1883-1902); tampouco consta nas bibliografias de Rubens Borba Moraes. Enfim, nenhum bibliógrafo no Brasil fez qualquer referência ao pioneirismo do baiano Paulino da Silva Barbosa na criação da Typographia do Governo e do *A Abelha da China*, o primeiro jornal macaense. O objetivo deste ensaio é revelar quem foi Silva Barbosa e investigar sua participação no reestabelecimento da tipografia em Macau, com a criação da imprensa periódica.

A imprensa em Macau, decerto, data do século XVI. Foram os jesuítas que, no verão de 1588, estabeleceram, inicialmente, a impressão com tipos móveis em Macau. Aquele parque tipográfico foi transferido, não obstante, para o Japão e, em seguida, para as Filipinas.<sup>1</sup> Foi sob o

---

\* Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: pimagalhaes@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Manuel Cadafaz de Matos, “A propósito do Quarto Centenário do primeiro livro impresso em Macau com caracteres tipográficos móveis: o *Christiani Pueri Institutio*, de João Bonifácio (1588)”, in *Iohanne Bonifacius Christiani Pueri Institutio (1588) Edição anastática do exemplar da Biblioteca*

tumultuado governo do baiano Paulino da Silva Barbosa (1822-1823) que a imprensa ressurgiu em Macau, a partir da criação da Typographia do Governo e com a publicação de *A Abelha da China*, periódico de orientação política liberal e constitucional, contrária aos princípios do absolutismo. O nome de Silva Barbosa, contudo, foi esquecido e tornou-se obscuro após quase dois séculos. É certo, contudo, que esse soteropolitano criou o primeiro jornal chinês. Por que, então, seu nome permaneceu desconhecido? Compreender essa omissão exige algumas considerações.

É notório que o Império português foi desenvolvido com a criação de redes comerciais, políticas e culturais, estabelecidas em escala global, ao longo dos séculos XV ao XIX. Foi imenso o trânsito de indivíduos pela amplidão daquele espaço geográfico transcontinental ao longo de mais de quatro séculos. Após a Independência do Brasil, em 1822, contudo, a historiografia brasileira do século XIX ocupou-se em criar uma História nacional, selecionando episódios e personagens estratégicos para florir um discurso histórico pátrio. Naquele contexto, as relações políticas entre a América portuguesa e os territórios lusos no Extremo Oriente desapareceram das efemérides nacionais. Na concepção historiográfica nacional oitocentista, um jornal publicado na Ásia não guardaria nenhum interesse para a História do Brasil.

O silêncio dos autores portugueses dos Oitocentos é mais difícil de explicar. A prisão de Paulino da Silva Barbosa e seu retorno para Portugal, no entanto, ocorreu sob o período da reação absolutista de D. Miguel I, quando ideais liberais e constitucionais foram amplamente combatidos pelo governo monárquico. Opor-se à autoridade absolutista é motivo mais do que suficiente para que um homem ou uma história sejam silenciados. A historiografia portuguesa apenas assinalou que “o major Paulino da Silva Barbosa, professor do 1.º ano, foi em 1822 um dos mentores da instauração em Macau da ordem constitucional”, sem, contudo, investigar suas origens e o alcance do movimento por ele liderado em Macau.<sup>2</sup>

---

*da Ajuda em Lisboa* (Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988), pp. 9-60; Jordão de Freitas, *A imprensa de tipos móveis em Macau e no Japão nos fins do século XVI*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.

<sup>2</sup> António Henrique R. de Oliveira Marques, *História dos portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa: Fundação Oriente, 1998, v. 3, p. 490.

Outra explicação é a de que poucos exemplares de *A Abelha da China* tenham alcançado Portugal ou outras partes do Império, permanecendo restritos ao enclave português na China. Tenho notícias de apenas duas coleções desse periódico; uma na Biblioteca Nacional de Portugal e outra, incompleta, em Macau. A primeira foi reeditada em 1994, sem nenhuma menção a Paulino da Silva Barbosa. Apesar do silêncio acerca desse baiano, com uma história de vida singular, foi possível resgatar aspectos da biografia do pioneiro da imprensa em Macau.

A juventude e o início da carreira militar de Silva Barbosa encontram-se registrados nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Ocupando o cargo de sargento da 7ª. Companhia do Regimento de Infantaria e Artilharia da Bahia, solicitou a promoção para o posto de capitão agregado à Artilharia de Moçambique. Embora não tenha conseguido o cargo pretendido, por meio desse requerimento, dirigido ao príncipe regente D. João, foi possível encontrar a maior parte das informações biográficas de Silva Barbosa no tempo em que viveu na sua terra natal.

Segundo um atestado anexo ao requerimento, Paulino da Silva Barbosa nasceu em Salvador, por volta de 1777, já que teria vinte e três anos em maio de 1800. Era filho do capitão Bento da Silva Barbosa, e seu avô paterno chamava-se Manoel de Saldanha Barbosa. Seu pai prestou serviços militares em Salvador, Itaparica e no rio Paraguaçu.

A Bahia, na última década do século XVIII, era um espaço de convulsão política e agitações sociais, como bem demonstrou a Conjuração de 1798. Àquela época, em Salvador, Paulino da Silva Barbosa frequentara as Aulas Régias, criadas sob a administração do Marquês de Pombal para substituir o ensino jesuítico, suprimido junto com aquela congregação religiosa. As escolas soteropolitanas possuíam professores de alto nível intelectual, como José da Silva Lisboa e o latinista José Francisco Cardoso de Moraes, ambos possivelmente ligados aos quadros da maçonaria na Bahia.<sup>3</sup> A efervescência intelectual àquela época levou um contemporâneo de Paulino da Silva Barbosa a afirmar que os baianos “erão homens amigos de ler livros com idéas liberaes, que na

---

<sup>3</sup> Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “Flores Celestes (1807): O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú”, *Revista de Indias*, v. 73 (2013), pp. 789-824. O artigo discute a participação de José da Silva Lisboa em sociedades iniciáticas e na Conjuração de 1798.

Bahia corrião com mais franqueza, que em Portugal; porque ali houve sempre [...] muita propensão a livros filosoficos”.<sup>4</sup> Foi naquele contexto que ele cresceu.

Em Salvador, com cerca de 20 anos, o jovem Paulino da Silva Barbosa deve ter presenciado os eventos que culminaram no enforcamento de Lucas Dantas do Amorim Torres, do soldado Luís Gonzaga das Virgens, do aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira e do mestre alfaiate João de Deus Nascimento. Pouco mais de duas décadas depois, também desafiaria a intransigência do absolutismo monárquico português. Antes disso, porém, havia a possibilidade da carreira militar na Bahia.

O atestado conservado no Arquivo Ultramarino de Lisboa apresenta a descrição física do jovem sargento, que teria cerca de 1,65 de altura (quatro pés e dez polegadas), cabelos castanhos e “olhos pardos”. Solteiro, sentou praça de soldado voluntário da 7ª. Companhia a 12 de novembro de 1798 e tornou-se sargento-mor a 23 de janeiro de 1800. Por ordem de D. Fernando José de Portugal, embarcou para Lisboa no navio Imperador Adriano, em junho de 1800 e, a 24 de outubro daquele mesmo ano, solicitou frequentar o curso de Matemática da Academia Real da Marinha, estabelecido na capital portuguesa. Já a 30 de outubro estava matriculado nas matérias de Fortificação, Artilharia e Desenho ministradas pelo coronel Custodio Gomes de Villas Boas, sendo aprovado plenamente no seu exame. Villas Boas foi astrônomo e o tradutor, para o português, do Curso Matemático de Bezout. No segundo ano, Barbosa foi aluno de Francisco de Paulo Travassos, que, além de professor da Real Academia, era sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros e autor de uma *Taboa Cartografica dos Portos, Ilhas, e Lugares das Costas Marítimas*, conservada na Academia de Ciências de Lisboa. Nesse curso, Silva Barbosa teve apenas uma falta, “com causa”, e foi aprovado em todos os exames.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “Ignacio José de Macedo: da Idade d’Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834)”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 108 (2013), p. 249.

<sup>5</sup> REQUERIMENTO do sargento da 7ª Companhia do regimento de Infantaria e Artilharia da Bahia, Paulino da Silva Barbosa ao príncipe regente [D. João] solicitando promoção para o posto de capitão agregado à Artilharia de Moçambique. Anexo: 8 docs. [ant. 1 de outubro de 1804], AHU (Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa), Bahia-Avulsos, Cx. 233, D. 16108.

Foi, também, aluno de Francisco Vilela Barbosa, matemático e poeta fluminense que depois tornou-se o influente ministro da Marinha do Império do Brasil, além de ser reconhecido como autor de importantes obras sobre geometria impressas em Lisboa, Coimbra e no Rio de Janeiro. Ainda na Academia, Silva Barbosa talvez tenha sido aluno ou tivesse conhecido o seu conterrâneo Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, então lente e autor de três livros de matemática adotados pelos alunos daquela instituição. O curso teve duração de quatro anos, durante os quais o militar baiano deveria continuar recebendo regularmente os soldos a ele devidos.

Seu requerimento para tornar-se capitão em Moçambique não foi deferido, mas, durante o curso na Real Academia, foi elevado à patente de 2º tenente na mesma Companhia em que servira na Bahia.<sup>6</sup> Sua nomeação para um posto mais elevado causou-lhe problemas no recebimento dos soldos, precisando que os mesmos fossem novamente confirmados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.<sup>7</sup> Seus soldos deveriam valer 10 mil réis, mas um equívoco fez com que seus vencimentos chegassem a 11 mil réis; o que não tardou em ser corrigido pelo governo.<sup>8</sup>

Não tenho como comprovar, mas é plausível que Paulino da Silva Lisboa tenha ingressado na maçonaria na Bahia ou em Lisboa. A Academia de Marinha, bem como a Marinha de Guerra portuguesa no início do século XIX, possuíam uma significativa presença de pedreiros-livres entre seus quadros.<sup>9</sup> O baiano Araújo Guimarães era, possivelmente, pedreiro-livre e tornou-se o editor da segunda revista brasileira, *O Patriota* (1813-1814), que publicava autores hoje reconhecidamente maçons.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> DECRETO do príncipe regente D. João promovendo o sargento-mor do Regimento de Infantaria e Artilharia da Bahia, Paulino da Silva Barbosa, ao posto de 2º tenente Agregado ao referido Regimento. 1804, Outubro, 1, Queluz, op. cit., Cx. 233, D. 16111.

<sup>7</sup> REQUERIMENTO do segundo tenente agregado ao 2º Regimento de Artilharia da Bahia Paulino da Silva Barbosa ao príncipe regente [D. João] solicitando o pagamento dos soldos vencidos. Anexo: 2 docs. [post. 1806, Agosto, 27], op. cit., Cx. 242, D. 16758.

<sup>8</sup> CARTA do [governador da Bahia] conde da Ponte [João de Saldanha da Gama] ao príncipe regente [D. João] dando conta do cumprimento da provisão sobre a alteração de soldos dos segundos tenentes do Regimento de Artilharia da cidade Bernardino Álvares de Araújo e Paulino da Silva Barbosa. 1806, Julho, 9, Bahia, op.cit., Cx. 242, D. 16697.

<sup>9</sup> António Ventura, *A Marinha de Guerra portuguesa e a maçonaria*, Lisboa: Vega, 2013, pp. 1-20.

<sup>10</sup> Foram publicados na revista *O Patriota* (1813-1814), editada por Araújo Guimarães, textos de

Barbosa voltaria mais uma vez a Lisboa para ingressar num curso de Fortificação e Marinha, que finalizou em 1811. Conforme o registro do seu passaporte, naquele mesmo ano recebeu licença para regressar à Bahia e reintegrar-se ao seu regimento.<sup>11</sup> Não temos notícia segura da sua vida entre os anos de 1812 e 1814. Sabemos, contudo, que, por Alvará de 3 de agosto de 1814, foi criada a Real Escola de Pilotos de Macau, para onde seguiu Paulino da Silva Barbosa, confirmado como professor por carta régia, também datada do Rio de Janeiro a 3 de agosto de 1814.<sup>12</sup> Na principal cidade portuguesa no Extremo-Oriente, o professor baiano se tornaria, sete anos depois, o principal líder da luta contra o absolutismo lusitano.

## Um liberal em Macau

Paulino da Silva Barbosa vivia em um tempo de convulsões políticas que agitavam os dois lados do Atlântico. Os ideais liberais e constitucionais da Guerra de Independência Americana (1776-1779) e da Revolução Francesa (1789-1799) já haviam varrido a Europa e espalhara-se pelo continente americano. As antigas colônias espanholas faziam-se independentes por meio da guerra. O Brasil fora elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815. Foi naquela conjuntura que Barbosa chegara a Macau em 1815, com cerca de 38 anos. O entreposto português na Ásia estava sob o governo do mineiro e maçom, Lucas José de Alvarenga (1809-1817), que, junto com o ouvidor Miguel José de Arriaga Brum da Silveira, liderou o que, possivelmente, foi o último grande feito naval português na Ásia: a batalha da Boca do Tigre.<sup>13</sup>

---

José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos Borges de Barros, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José Saturnino da Costa Pereira (irmão de Hipólito da Costa), Manuel Arruda da Câmara. Antonio Diniz da Cruz (Elpino Nonacriense), dentre outros. Essa revista, apesar de haver sido contemplada com diversos estudos, merece uma leitura dos elementos e autores maçônicos que tomaram parte nos seus números.

<sup>11</sup> PASSAPORTE do secretário do Governo do Reino de Portugal da Repartição da Marinha, Negócios Estrangeiros e Guerra, D. Miguel Pereira Forjas Coutinho, autorizando a viagem de Lisboa para Bahia do tenente de artilharia da Bahia Paulino da Silva Barbosa. Anexo: 1 doc. 1811, Novembro, 9, op. cit., Cx. 255, D. 17591.

<sup>12</sup> Tereza Sena, “Macau’s Autonomy in Portuguese Historiography (19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries)”, *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*, v. 17 (2008), pp. 79-112; *Gazeta de Lisboa*, 06/05/1816, n. 107, p. 4.

<sup>13</sup> Anita Correia Lima de Almeida, “Um ilustrado mineiro no governo de Macau”, in Andréa Doré e

O referido episódio transcorreu numa série de combates navais entre uma flotilha de navios portugueses e uma armada de piratas chineses, ocorridos em 1809 ao largo de Macau. O pirata chinês Quan Apon Chay atacara as embarcações mercantes que entravam ou saíam de Macau, ameaçando as redes comerciais daquela cidade. Lucas José de Alvarenga organizou a resistência e iniciou planos para artilhar e municiar uma flotilha que pudesse combater os piratas chineses. Os portugueses contavam com seis barcos, todos eles navios de três mastros, equivalentes às corvetas de guerra, com contingentes entre 100 a 160 homens. Foram realizadas três batalhas nas quais as forças portuguesas, mesmo em desvantagem numérica mas com superioridade no poder de fogo proporcionado pela artilharia, conseguiram manter o domínio da cidade e vencer a armada de Apon Chay, que contava com mais de 300 barcos. Em 1810, firmou-se o tratado de paz que estabelecia que Quan Apon Chay devesse obediência à autoridade do imperador e entregasse toda a sua esquadra, constituída então por 280 barcos, 2.000 peças de artilharia e 30 mil homens. A vitória na guerra contra a pirataria consolidou a autoridade do ouvidor Arriaga no governo de Macau.

As ameaças externas a Macau foram resolvidas com o fim dos piratas de Chay, mas as contradições da cidade agravavam seus problemas internos. O militar mineiro José de Aquino Guimarães e Freitas publicou, em 1828, uma *Memoria sobre Macao*, na qual descreve, além da sua história, aspectos da geografia, do clima e da população.<sup>14</sup> Freitas nos fornece um retrato da sociedade macanese à época em que Paulino Barbosa se encontrava lá. Os habitantes cristãos macaenses foram contabilizados, no mês de abril de 1822, em 4.317 indivíduos, dividindo-se

---

Antônio Cesar de Almeida Santos (orgs.), *Temas setecentistas: governos e populações no império português* (Curitiba: UFPR, 2009), pp. 135-42. Lucas José de Alvarenga nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 1768 e, com cerca de 20 anos, seguiu para a Universidade de Coimbra, onde foi colega de Hipólito José da Costa. Após retornar ao Brasil, publicou as memórias do seu governo em Macau, bem como poesias e novelas. Ver: Lucas José de Alvarenga, *Memória sobre a expedição do governo de Macau em 1809, e 1810 em socorro ao império da China contra os insurgentes piratas chineses, principiada e concluída em seis meses pelo governador daquela cidade*, Lucas José de Alvarenga, Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828. Lucas José de Alvarenga, *Statira, e Zoroastes: Novela dedicada à S. M. Imperatriz do Brasil*, publicada em 1826, na tipografia maçônica de Seignort-Plancher, no Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Ivo Carneiro de Sousa, “Um autor e uma obra para a memória da presença colonial portuguesa em Macau e no mundo asiático: a memória sobre Macao de José de Aquino Guimarães e Freitas (1828)”, *Revista de Administração Pública de Macau*, v. 20, n. 76 (2007), p. 619-46.



pela seguinte dispersão espacial: na freguesia da Sé, contaram-se 289 homens maiores de 14 anos, 251 menores, 1.342 mulheres e 248 escravos; reunia a freguesia de São Lourenço 258 homens maiores de 14 anos, 170 menores, mais 1.058 mulheres e 236 escravos; na pequena freguesia de Santo Antonio, arrolavam-se somente 59 homens maiores, 52 menores, 301 mulheres e 53 escravos. A *Memoria* de Guimarães e Freitas afirma que a população chinesa de Macau era muito superior às 8.000 pessoas estimadas no começo do século XIX, crescendo em consequência do “subsequente desenvolvimento do comércio” somado à “indiscreta tolerância que lhes permite a criação de novas casas e arruamentos”.<sup>15</sup>

Durante os primeiros tempos do estabelecimento português de Macau, somente os portugueses radicados tinham direito à cidadania e à participação na administração da cidade. A vida política gravitava em torno do Leal Senado, como foi denominada a Câmara Municipal de Macau, durante o domínio português. O Leal Senado foi criado em 1583 e, até a sua extinção, em 1999, era o órgão executivo municipal do Concelho de Macau, um dos dois municípios do Território de Macau. A designação “Leal Senado” decorre do nome oficial de Macau durante o período da administração portuguesa — Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não Há Outra Mais Leal —, concedido, em 1654, pelo monarca D. João IV. O título Leal Senado, contudo, só foi oficialmente atribuído, em 1810, por D. João VI, como recompensa à vitória, em 1809, na Batalha da Boca do Tigre, acima referida.

O Senado da Câmara de Macau era formado por dois juízes e três vereadores, sendo um deles procurador da cidade e um secretário da Câmara (que podia ser o bispo ou o capitão de terra), que tinha também a função de alferes. Os vereadores deveriam ter no mínimo 40 anos de idade, e os juízes, 30. Esses cargos eram eleitos pelos cidadãos e, uma vez escolhidos, ninguém podia recusar-se a servir como oficial do Senado. Até mesmo as autoridades chinesas da cidade de Cantão (Guangzhou), que exerciam grande influência na administração de Macau, reconheciam, em vez do governador, o Leal Senado como a instituição mais representativa daquele local. Por essa razão, as autoridades legislativas da Câmara,

---

<sup>15</sup> José de Aquino Guimarães e Freitas, *Memória sobre Macao*, Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1828, p. 15.

mais precisamente o procurador, é que realizavam as negociações com os oficiais chineses.

O procurador, que tratava dos assuntos financeiros da cidade, era o representante do Senado em todos os assuntos relacionados com as autoridades chinesas e cuidava, também, dos assuntos dos habitantes chineses. Servia, ainda, como juiz de primeira instância, com o poder de aplicar penas em casos menores. Os mais graves eram remetidos, no caso de chineses, ao mandarim do distrito e, no caso de portugueses, ao juiz de direito. Em 1783, mediante as provisões régias, os poderes do governador foram ampliados, lhe tendo sido conferida uma importante posição nos assuntos político-administrativos da cidade, em detrimento do Senado. A partir daquela data, qualquer decisão tomada por esse órgão tinha de ser confirmada pelo governador. Já a Ouvidoria foi extinta em Macau em 1720, mas reestabelecida em 1787 e com mais competências após a reforma judicial de 1803. No caso do ouvidor Miguel José de Arriaga, seus atos extrapolavam todas as funções do seu cargo.

Essa era a realidade de Macau quando Paulino da Silva Barbosa lá aportou, para atuar na criação da Escola de Pilotos em 1815. Por causa das necessidades comerciais e militares, a criação da Escola de Pilotos era uma questão estratégica para o entreposto português na Ásia. O curso de pilotagem durava três anos, e o militar baiano fora designado para lente do primeiro ano.

Logo, contudo, a situação de Silva Barbosa se complicaria, colocando-o em colisão com as autoridades locais instituídas. Dois anos depois da sua chegada, a 19 de julho de 1817, José Osório de Castro de Albuquerque tornou-se o novo governador de Macau. Orientado pelos princípios do absolutismo, teve como aliado o influente ouvidor Miguel José de Arriaga. Seu poder em Macau foi descrito por um observador anônimo — mas que é certamente Inácio da Costa Quintela — como absoluto:

Parece incrível, mas é facto visto em nossos dias, principalmente quando a Côrte estava no Rio de Janeiro, um Ouvidor fazer a guerra e conceder a paz, entabolar negociações e fazer tractados commerciaes, aliar-se com Reis e Principes, posto que Asiaticos, crear um titulo, dar mercês e condecorações honoríficas, depor um Governador fazer outro,

dar patentes militares, crear bispado, e propor Bispos! Chegou a causar ciumes ao Vice-Rei da India, Conde do Rio Pardo; e mais cousas faria se continuasse a viver, e não lhe faltassem meios! Eis-aqui o que foi a Ouvidoria nas mãos do Ouvidor Miguel d'Arriaga Brun da Silveira, que durou 22 annos, e acabou com a sua morte como se fosse um reinado.<sup>16</sup>

A Escola de Pilotos não apresentou os resultados esperados; seus quadros discentes eram escassos e sem muitas qualidades técnicas, mas, aparentemente, um dos alunos era apadrinhado pelo então conselheiro Miguel José de Arriaga. No ano de 1819, começaram os atritos pessoais entre o conselheiro e Paulino da Silva Barbosa. O militar baiano enviou ao Conselho Ultramarino de Lisboa uma série de denúncias contra Arriaga:

[...] porq' tendo eu acabado de louvar a excellente conducta do Gov.<sup>or</sup> a meu respeito, fui em seu nome apparem.<sup>e</sup> reprehendido e ameaçado com as pennas de perturbador da boa ordem, por ter nessa mesma occazião commettido attentado de não soffrer em silencio q' o Conselhr.<sup>o</sup> Arriaga, intromettendo se na jurisdição alheia, tivesse prostituido a dignidade desta Escolla e da minha Patente, simplesmente pelo não capricho de proteger hum seu favorito, commo tão escandalozam.<sup>1e</sup> o declarou o seu proprio confidente, o Secretario do Governo.<sup>17</sup>

Não foi apenas contra as autoridades locais que Paulino da Silva Barbosa teve problemas. Dentro da própria Escola de Pilotos, o militar baiano ganhou inimigos, como seu colega Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, de quem adiante trataremos.<sup>18</sup>

As inimizades pessoais somaram-se à polarização política em Macau, dividida em dois partidos. O primeiro, o dos legitimistas, defendia os princípios do governo absolutista português. O segundo articulava-se

<sup>16</sup> *Annaes Marítimos e Coloniaes*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p. 365.

<sup>17</sup> Queixas contra as perseguições de que é alvo por parte do governador-geral de Macau na sua qualidade de inspector da Escola de Pilotos. ANEXO: 11819 OUT 19 NOV 11. Macau CORRESPONDÊNCIA (registro) trocada entre o governador e inspector da Escola Real de Pilotos e o lente da mesma escola. ANEXO: 21820 NOTAS analíticas à correspondência oficial pelo lente da Escola Real de Pilotos Paulino da Silva Barbosa. Macau 30 de junho de 1820; 2+21 fls, op. cit., Cx.46, D.2231.

<sup>18</sup> Insulto do lente Francisco Antônio de Paula Cavalcanti ao lente Paulino da Silva Barbosa. 1822-03-12; Arquivos de Macau, 3ª Série, Macau, Vol. XIX, Número 1, January 1973, p. 34; Vol. XXIV, Número 4, October 1975, p. 196, 200; 210-214 and 217-218, op. cit., Cx.48, D.2351.

clandestinamente, divulgando ideais liberais e constitucionais. Alguns indivíduos talvez até mesmo compartilhassem ideais republicanos.<sup>19</sup>

Eis que os ventos da História sopram para outros rumos. Em Portugal, teve início a Revolução Liberal do Porto, que levou as Cortes a reunir-se em janeiro de 1821. Enquanto a Carta Magna estava a ser redigida, entrou em vigor uma Constituição provisória, que seguia o modelo espanhol expresso na Constituição de Cádiz de 1812. A primeira Constituição Portuguesa seria jurada somente a 23 de setembro de 1822. Foi nesse ínterim que os influxos da Revolução Liberal portuguesa chegariam a Macau, havendo sido jurada a Constituição portuguesa.<sup>20</sup> As novidades políticas fizeram submergir o território numa profunda crise política, agravada pelos problemas de natureza econômica em que se encontrava há cerca de quarenta anos.

Pode-se resumir que Macau, àquela época, se dividiu em dois partidos. O primeiro era composto pelas forças institucionais civis e militares ligadas ao governo português do território. O segundo era constituído por personalidades políticas locais organizadas em torno do Leal Senado e da Santa Casa da Misericórdia, que também congregava civis, militares e eclesiásticos descontentes com o governo vigente, representado pelo governador e pelo juiz de direito, “este que na altura era oficialmente designado por ouvidor e cujas competências excediam largamente as de um magistrado ordinário”.<sup>21</sup>

A figura do major Paulino da Silva Barbosa ganhou destaque, e o militar baiano foi alçado à condição de liderança política em Macau. Houve uma sucessão de distúrbios que levaram à detenção do governador e do ouvidor, bem como à destituição da antiga vereação do Leal Senado e convocação de eleições que estabeleceram uma câmara municipal que, em nome do constitucionalismo, suspendeu todas as relações com o governo de Goa (a que Macau estava submetido), transformando, durante cerca de um ano, Macau em uma república virtualmente independente.

<sup>19</sup> Manuel Teixeira, “Documentos para a história do movimento liberal [i. é liberal] de 1822-1823”, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, v. 72, n. 841 (1974), pp. 861-6.

<sup>20</sup> *Diário do Governo*, n. 267, 12 de novembro de 1822, Lisboa: Imprensa Régia, 1822.

<sup>21</sup> João Guedes, “Subsídio para História da Maçonaria em Macau”, 24 de maio de 2010, <<http://aescadadejacob.blogspot.com.br/2010/05/subsidio-para-historia-da-maconaria-em.html>>, acessado em 01/05/2014.

Os mecanismos políticos que alçaram Silva Barbosa à condição de chefe político de Macau são controversos e obscuros. Não creio que sua promoção tenha ocorrido na esfera militar, pois muitos dos seus adversários políticos eram militares. Naquele contexto, deve-se considerar mais um fator: a presença da maçonaria em Macau. É possível, ainda que sem respaldo documental, que a ascensão de Barbosa esteja relacionada com a presença de pedreiros-livres em Macau.

Há referências públicas à ação da maçonaria em Macau desde a segunda metade do século XVIII. A maçonaria, presente também no Império português, era formada por sociedades iniciáticas mais complexas do que supunham seus detratores àquela época. No biênio em que tiveram início as controvérsias entre constitucionalistas e absolutistas, penso que a própria maçonaria estava dividida, com seus membros gravitando na ordem de interesses dos dois partidos. A princípio, pode-se conjecturar que, no “partido” absolutista, estavam o bispo frei Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim, o ouvidor Arriaga e o governador Albuquerque, e que os liberais eram formados por pedreiros-livres. Todavia, tal asserção simplista estava longe de corresponder aos fatos. Também não se pode afirmar, com base documental, acerca de eventuais filiações maçônicas dos insurgentes constitucionalistas, do Leal Senado e da Santa Casa, capitaneados pelo tenente-coronel Paulino da Silva Barbosa, apesar dos indícios de que ele e seus partidários eram iniciados.

Sabe-se, por outro lado, que o governador José Osório de Castro Cabral e Albuquerque, tido como reacionário, preso e enviado para Goa a ferros, aliado do bispo Chacim, certamente era maçom. Albuquerque, que tinha o nome simbólico de “Leônidas”, ascenderia nos graus filosóficos da ordem em Portugal, nas lojas Audácia de Coimbra e Firmeza de Lisboa. No “mundo profano”, ficaria destacado como redator do periódico conservador *Rei e Ordem*, terminando a sua carreira militar como fidalgo da Casa Real e tenente-general do Exército. O jornalista João Guedes observou, ainda, que, após o início das disputas,

Surgiam amiúde referências públicas à acção ‘nefasta’ da Maçonaria em Macau, em papeis volantes distribuídos nas ruas, mas também na oratória eclesiástica do Bispo da Diocese D. Frei Francisco de Nossa

Senhora da Luz Chacim e dos párocos que consigo estavam na defesa dos poderes instituídos.<sup>22</sup>

Infelizmente, não foi possível localizar as folhas volantes ou as peças de oratória a que Guedes se refere.

Foi possível, não obstante, identificar a presença de maçons brásílicos em Macau. Era maçom o lente do segundo ano da Escola de Pilotagem e inimigo de Paulino da Silva Barbosa, o pernambucano Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que seria, mais tarde, Visconde de Albuquerque (Engenho Pantorra, Cabo, Pernambuco, 21 de agosto de 1797- Rio de Janeiro, 14 de abril de 1863). Antonio de Holanda foi preso pelos liberais, após uma tentativa de golpe articulado por militares contra Paulino da Silva Barbosa. Seu pai, Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, estava diretamente implicado na Revolução Pernambucana de 1817. O Cavalcanti que atuou em Macau se destacaria no Brasil, posteriormente, como deputado e ministro sobraçando diversas pastas, e lhe coube o encargo de representar o Grande Oriente de Portugal junto da Maçonaria Brasileira, em 1858.<sup>23</sup>

Assim, é inegável a presença da maçonaria em Macau na década de vinte do século XIX, ainda que não tenhamos real dimensão da sua influência local. Apesar das bulas papais condenatórias, dos sermões inflamados do bispo diocesano e dos papéis volantes contra os pedreiros-livres, certo é que a maçonaria estava presente em ambos os partidos. Falta saber se atuava regularmente em lojas separadas de acordo com a tendência ideológica, se se cindiu durante a crise, ou se a militância ideológica profana que separava liberais e conservadores correspondia, no seio da sociedade iniciática, a diferentes obediências. Segundo Guedes:

Neste ponto há que salientar que a “Abelha da China” periódico portavoz dos liberais surge com regularidade contendo artigos laudatórios das excelências políticas e sociais dos Estados Unidos da América. Esse

---

<sup>22</sup> João Guedes, “Subsídio para História da Maçonaria”.

<sup>23</sup> Augusto Alves Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. I, p. 172. Antonio Francisco Cavalcanti entrou na escola militar aos 10 anos, em 1807, aos dezesseis foi nomeado ajudante de ordens do governador em Moçambique (1813) e, posteriormente, para a Escola Real de Pilotos em Macau (1819). Retornou ao Brasil em 1824, quando foi designado para combater a Confederação do Equador.

facto poderia sugerir uma ligação de índole maçónica à América. Isto tanto mais quanto se tiver em conta o facto da presença americana em Macau, nesses tempos ser expressiva e a possibilidade (bastante forte) de uma loja do Alabama ter funcionado no Território nessa época. Porém e por enquanto, tal asserção não passa ainda de pura especulação que necessita investigação ulterior mais apurada, nomeadamente nos arquivos da Maçonaria americana.<sup>24</sup>

É necessário, inclusive, observar os elementos simbólicos da maçonaria presentes na imprensa macaense. A própria abelha, que dá título ao jornal, era um dos símbolos maçônicos mais usuais no século XIX, mas que atualmente está em desuso.

Uma abelha tem sido, em todas as épocas e nações, o grande hieróglifo da Maçonaria, pois supera todas as outras criaturas vivas na capacidade de criação e amplitude de sua habitação. Construir parece ser da própria essência ou natureza da abelha.<sup>25</sup>

Silva Barbosa também teve influentes aliados em Macau, que certamente se associaram à sua ascensão política. Tornou-se protegido do abastado conselheiro Manoel Pereira, tendo residido, inclusive, na casa deste. Possivelmente um dos portugueses mais ricos de Macau, Pereira possuía um navio com o nome de 1.º Rey do Reino Unido, que realizava viagens para o Rio de Janeiro, Bahia e ilhas atlânticas.<sup>26</sup>

O Padre Manuel Teixeira afirma que, em 19 de agosto 1822, a Câmara se reuniu sob a presidência do governador “José Osório de Castro Cabral e Albuquerque e decide-se que a eleição dos novos membros da Câmara seja popular. Feita ali mesmo”. Os habitantes de Macau exigiam mudanças em decorrência da contínua tirania de Arriaga. Teixeira observou ainda que “instalou-se um governo constitucional, constando dum Senado de sete membros”. Holanda Cavalcanti chegou a afirmar

---

<sup>24</sup> Guedes, “Subsídio para História da Maçonaria”.

<sup>25</sup> “O símbolo perdido da maçonaria: a colmeia”, <<http://www.noesquadro.com.br/2011/03/o-simbolo-perdido-da-maconaria-colmeia.html>>, acessado em 01/05/2014. Outros jornais também estamparam a representação da abelha nos seus títulos. Na Bahia, também em 1822, surge o *A Abelha*, impresso na Tipografia da Viúva de Serva; em Minas Gerais, o segundo jornal daquela província, o *Abelha de Itacolúmy* (1824-1825); O *Padre Amaro*, impresso na Inglaterra, estampava a imagem de uma colmeia cercada por abelhas.

<sup>26</sup> *A Abelha da China*, n. IV, p. 16.

que o povo “não tinha auctoridade nenhuma para mudar o governo”, ao que os próprios moradores de Macau retrucaram bradando “toda, toda!”<sup>27</sup> Por fim, os membros eleitos foram os dois juizes Paulo Vicente Belo, com 32 votos, e José Baptista de Miranda e Lima, com 26 votos, com exercício de ouvidor; os três vereadores, Paulino da Silva Barbosa, com 89 votos, Hipólito de Sousa, 84 votos, e Domingos José Gomes, 62 votos, e o procurador Francisco José de Paiva, com 84 votos.<sup>28</sup> Vitoriosos, o partido liberal substituiu os conservadores no Senado, demitiram Arriaga do cargo de ouvidor, depuseram o governador e capitão-geral José Osório de Albuquerque e nomearam o brigadeiro Francisco de Melo governador de armas. Naquele mesmo dia, 19 de agosto 1822, Paulino da Silva Barbosa assumiu o cargo de governador.

O governo liberal logo declarou que Macau não estava mais dependente da administração de Goa, a que estava submetida no ordenamento colonial vigente. O novo governo macaense declarou oficialmente que passava a depender diretamente de Lisboa e não mais da Índia portuguesa e do seu vice-rei. Na prática, tratava-se de uma virtual declaração de autonomia política, já que todas as comunicações entre Macau e o Terreiro do Paço passavam obrigatoriamente por Goa.

## **A Typographia do Governo e A Abelha da China**

À frente do governo macaense, o major Paulino da Silva Barbosa habilmente criou a Typographia do Governo. Sua iniciativa foi confirmada nas folhas do primeiro impresso daquela tipografia, *A Abelha da China*, que afirma “Devemos a Imprensa em Macao ao zello, e patriotismo do Senhor Paulino da Silva Barbosa”.<sup>29</sup> Após dois séculos de silêncio, a imprensa voltou a funcionar em Macau, em setembro de 1822. Em vez de publicar os tratados religiosos dos jesuítas, a imprensa macaense, no primeiro quartel do século XIX, foi caracterizada pela dinâmica do periodismo. No Ocidente, as notícias já circulavam por meio dos periódicos, e esse foi o caminho que a imprensa macaense seguiu com a publicação de *A Abelha da China*.

---

<sup>27</sup> *A Abelha da China*, n. XXXIX, 12/06/1823, p. 161.

<sup>28</sup> *A Abelha da China*, n. XV, 19/12/1822, pp. 56-7.

<sup>29</sup> *A Abelha da China*, n. XXXVIII, 05/06/1823, p. 157.



Desde a primeira década do século XIX, a imprensa periódica se expandiu no Império português. Em 1808, começou a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal impresso no Brasil, que foi seguido, em 1811, por *A Idade d'Ouro do Brasil*, impresso em Salvador, na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Desde 1808, contudo, Hipólito José da Costa publicava em Londres o *Correio Braziliense*, com severas críticas ao governo português, fazendo com que o jornal alcançasse, clandestinamente, as capitanias da América portuguesa, onde estava proibido de circular. Em 1822, quando *A Abelha da China* começou a ser publicada, o Rio de Janeiro e a Bahia tiveram um significativo aumento no número de jornais impressos, em sua maioria de curta duração, representando os interesses políticos de algum chefe político ou de algum partido.<sup>30</sup>

A criação de um jornal em Macau está inserida em contexto semelhante, sendo impresso para dar voz a um partido político. Rodolfo Azedo, que escreveu uma pequena nota de apresentação do fac-símile impresso em 1994, definiu o jornal como “Porta-voz do liberalismo” em Macau. Foi Paulino da Silva Barbosa, chefe do governo local, que determinou a criação da Typographia do Governo, estabelecendo-a na Igreja de São Domingos, que era conventual e consagrada a Nossa Senhora do Rosário. A ele cabe o mérito de ser o fundador da imprensa periódica em Macau. Obviamente, isso só foi possível com o apoio dos seus partidários. Os frades dominicanos se colocaram ao lado de Silva Barbosa e foi do Convento de São Domingos que saíram os exemplares de *A Abelha da China*, dirigido pelo padre Joaquim José Leite e redigido pelo prior dominicano frei Antonio de São Gonçalo de Amarante, um dos líderes do movimento liberal em Macau e vigário do Convento de São Domingos.<sup>31</sup> *A Abelha da China* deve ser considerado simultaneamente como o primeiro jornal da história moderna da China, primeiro redigido

<sup>30</sup> Matias Molina, *História dos jornais no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Essa obra discute alguns dos principais periódicos que surgiram no Rio de Janeiro à época da Independência, não dando a devida atenção, contudo, aos jornais impressos na Bahia naquele mesmo período. Para uma lista dos impressos baianos entre 1821 e 1900 ainda é imprescindível a obra de Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres, *Anais da Imprensa da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

<sup>31</sup> Manoel Teixeira, *A imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente: Notícias de Macau*, Macau: 1965, p. 1 e 2. Esse é o mais importante estudo acerca da História da imprensa em Macau. Teixeira confirma o protagonismo de Barbosa na criação de *A Abelha da China*, mas não apresenta nenhuma leitura mais completa da sua biografia.



# ABELHA



DA

## CHINA

NO. I

QUINTA FEIRA, 12 de Setembro.

1822

"HOC TEMPORE  
OBSEQUIUM AMICOS, VERITAS ODIUM PARIT."—TERENTIUS.

### MACAO.

■AVENDO-NOS o Leal Senado incumbido a redacção do presente periodico, julgamos ser hum das principaes obrigações de hum redactor, expor com verdade e com franquesa os motivos, que acceleraraõ a glorioza façanha succedida em o dia 19 do mez passado, dia memoravel, em que os Macaenses arvoraraõ o Pavilhão da Liberdade, e derrocaraõ o horrendo colosso do Despotismo, que a tantos annos haviaõ suportado. Confessamos todavia, que esta tarefa hé superior ás nossas forças; mas nem por isso deixaremos de mostrar, o quanto desejamos cooperar da nossa parte para a justificação de hum facto, que pôz termo á arbitrariedade, e que consolidou os direitos e os deveres do Cidadão, instalando-se, entre as salvas de hum contentamento publico, e incessantes vivas de legria, hum Governo Provisorio, segundo a vontade geral de todos os Moradores, o qual no pouco tempo da sua installaçã, tem dado sobrejas provas do seu patriotismo, do seu zello, e da sua actividade pelos interesses nacionaes.

A Energia porem deste povo, sempre leal ao Seu Amado Soberano, e amigo da boa ordem, manifestou nesta occasião com a mayor evidencia, que não hé somente ao som de bellitos instrumentos entre o fragor das armas, em-

punhando a espada, e derrotando falanges inimigas, que o Amor da Patria, o denodo e a coragem se manifesta; que elle na paz igualmente se patentea, e que nesta tambem se collim vige a immarcescivel lauræ, que ornão a fronte dos seus heroes. A paz, a tranquillidade, e á boa ordem, com que se conduzio o povo Macaense no referido dia será hum monumento eterno, que no por-vir lhe grangeará os maiores ellogios.

A falta de confiança pois, que elle tinha na Governança, e o afferro com que esta pertendia enthronisar-se, valendo-se para este fim de meios não só improprios, mas athé indignos do caracter portuguez, foi a causa principal, porque reiteradas vezes se representou ao Senado a necessidade que havia de hum Novo Governo, que obstasse, e servisse de barreira á torrente impetuosa de males, que ameaçavaõ o commercio; hum Novo Governo, que impedisse huma inevitavel e proxima Anarchia; pois que tudo lhe augurava hum futuro assás desagradavel, e das mais funestas consequencias, huma vez que as cousas continuassem do mesmo modo, que athé ali continuado haviaõ: isto he: conservando-se no lugar huma das Authoridades; cuja exclusão exigiaõ, como fonte e origem do mal brotava todo o mal ao commercio, e por consequencia a Cidade inteira.

*Facsimile do número 1 de A Abelha da China  
conservado na Biblioteca Nacional de Portugal*

em português em tal território e, conforme anteriormente observado, o primeiro de Macau. Ressalte-se, ainda, a importância do jornal pelo seu interesse demonstrado pela política chinesa, apresentando documentos traduzidos do mandarim.

O primeiro número foi publicado imediatamente após a ascensão de Silva Barbosa ao poder. Na notícia da primeira página datada de 12 de setembro de 1822, o periódico foi apresentado como iniciativa do Leal Senado, que determinou a sua redação e definiu seu caráter misto de veículo político e informativo. Ao tempo em que possuía os elementos de um convencional “diário oficial”, o jornal também possuía objetivos literários. Além disso, era um instrumento político, na medida em que todo o segundo semestre de 1822 foi caracterizado por intrigas e atritos entre os “partidos” liberal e absolutista. Reportando-se à ascensão de Paulino da Silva Barbosa a 19 de agosto daquele ano, *A Abelha da China* declara o seu apoio ao levantamento popular contra o despotismo, saudando o governo provisório que a partir daquela data se instalou, congratulando-se com a paz e a tranquilidade com que o processo foi efetuado. Paz efêmera, como se dirá adiante.

Não sei indicar a origem, como, quando e em quais circunstâncias o material tipográfico foi levado para Macau, dando origem à Typographia do Governo. Uma hipótese, contudo, deve ser considerada: Serva. Há um personagem obscuro nessa trama, chamado Bento José Gonçalves Serva. Liberal declarado e aliado de primeira hora a Paulino da Silva Barbosa, após o 19 de agosto, tornou-se membro de uma comissão, constituída no dia 28 de agosto, para sanar as dificuldades financeiras da Fazenda Nacional e aumentar as rendas de Macau.<sup>32</sup> Manteve-se ao lado do militar baiano até o fim do seu governo, quando ambos seguiriam presos para Goa. Esse indivíduo é, possivelmente, o mesmo Bento José Gonçalves Serva que vivia na Bahia em 1811 e trabalhava como revisor na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, então a única particular existente no Brasil.<sup>33</sup> Não deve ser um simples caso de homonímia, já que Bento Serva se ausentou da Bahia mais ou menos na mesma época

---

<sup>32</sup> *A Abelha da China*, n. XVII, 09/01/1823, p. 66.

<sup>33</sup> Renato Berbert de Castro, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva (1811-1819)*, Salvador, Imprensa Oficial: 1968, p. 32.

em que Silva Barbosa foi para a Ásia, pois, em 1815, o tipógrafo Manoel Antonio da Silva Serva já buscava em Portugal outro revisor. Serva não é um sobrenome comum, e essa disposição de nomes é difícil de ser encontrada. O Suplemento da *Gazeta de Lisboa* afirma que Gonçalves Serva era “paisano” (ou seja, não era militar) e nascido em Portugal. Teria conhecido Paulino da Silva Barbosa na Bahia? Sobre ele pude recolher, com uma descendente portuguesa, as seguintes informações:

Sobre Bento, sei apenas que era originário de uma aldeia recôndita de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal, chamada Serva (hoje com a grafia Cerva). Deduzo que o Bento José Gonçalves Serva a que se refere, será o meu tetravô pois sei que ele esteve em Goa, onde casou, passando depois a Macau, onde nasceu a sua filha Firmina Carlota Gonçalves Serva. Esta veio para Lisboa com o seu marido, General Jerónimo Pereira Leite, então em comissão militar naquela ex-posseção portuguesa e que faleceu, em Lisboa, em 1914, estando sepultada num jazigo da nossa família. Foi uma surpresa para mim saber que Bento José (estou certa de que se trata do mesmo) imigrara para o Brasil. Sabia apenas que tinha ido para Goa e depois para Macau, em serviço militar, pensava eu, chegando a pesquisar no Arquivo Histórico Militar e nada ter encontrado. Em Goa casou com a inglesa Clara Smith (de quem nada sei) e em Macau, tiveram uma filha, a tal Firmina Carlota Gonçalves Serva, [nascida a] 26 de Novembro de 1821, data [...] em que Bento já lá se encontrava. São demasiadas coincidências para não serem as mesmas pessoas.<sup>34</sup>

Para além das informações da senhora Laura Almeida, é possível afirmar que Bento José Gonçalves Serva possuía larga experiência no ofício da tipografia, mas não foi possível confirmar que estaria envolvido, de alguma maneira, com a criação da Typographia do Governo em Macau. Na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva (1811-1819) circulavam intelectuais e políticos ligados aos quadros da maçonaria luso-brasílica, e esta empresa editorial não se restringia à Bahia, sendo relacionada com personagens influentes da maçonaria portuguesa, a exemplo de Manoel José da Silva Serva, que usava o nome de Ciro e era

---

<sup>34</sup> Informações prestadas pela senhora Laura Almeida, descendente de Bento José Gonçalves Serva. Agradeço ao jornalista Leão Serva por ter me concedido a sua correspondência com aquela senhora.

tesoureiro na maçonaria lisboeta.<sup>35</sup> É possível perceber-se, ainda, que os autores e personagens que gravitavam em torno dos Serva eram expoentes na luta contra o governo absolutista português. Agindo velada e clandestinamente, compactuavam em torno de um projeto constitucional para Portugal, para o Brasil e para os demais enclaves do Império português. Seria o vereador Bento José Gonçalves Serva um agente desse projeto na Ásia portuguesa? É isso o que suas ligações políticas com Paulino da Silva Barbosa indicam.

A Typographia do Governo em Macau era um instrumento desse projeto constitucionalista, mas é difícil analisar o que foi ali publicado, porque não nos foi possível localizar seus impressos. Encontramos apenas notícias esparsas nos anúncios publicados em *A Abelha da China*. Há, observando-se os títulos, a confirmação de que tudo que ali foi impresso alinhava-se aos compromissos do partido liberal. Por exemplo, existe um anúncio de que “Brevemente sahirá a luz, o poema intitulado *O Despotismo Ecclesiastico-Civil, ou o Carcundismo Exaltado, em cinco cantos. Por hum Anonimo*”.<sup>36</sup> Não encontrei, como já observei, qualquer exemplar desse poema, mas a sua subscrição era realizada no Laboratório Constitucional, espaço criado pelos liberais para discussão política e difusão dos seus ideais em Macau. A Typographia do Governo publicava também ofícios do governo,<sup>37</sup> bem como documentos de natureza diversa, como a *Refutação dos Officiais da Alfandega ao papel do Senhor Guelfi*.<sup>38</sup> *A Abelha da China* anunciava também a venda do *Diário Nautico*, que, sendo pouco mais do que folha volante, bem pode ter sido impresso em Macau.<sup>39</sup>

O Laboratório Constitucional vendia livros que advogavam o projeto constitucional em Portugal. Ali foram vendidos exemplares de

<sup>35</sup> Pablo Antonio Iglesias Magalhães, “Livros ultramarinos: O comércio de servinas em Portugal”, *Revista Portuguesa de História do Livro*, v. 29-30 (2013), pp. 433-67; Ignacio José de Macedo: da Idade d’Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834)”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 108, (2013), pp. 221-62; “A parafrase dos Proverbios de Salomão: o código moral dos pedreiros livres impresso na Bahia em 1815”, *Revista Portuguesa de História do Livro*, v. 33-4 (2015). Os três artigos aqui indicados discutem as ligações da família Serva e da sua tipografia com elementos maçônicos na Bahia e em Portugal.

<sup>36</sup> *A Abelha da China*, n. X, 14/11/1822, p. 40.

<sup>37</sup> *A Abelha da China*, n. XI, 21/11/1822, p. 44.

<sup>38</sup> *A Abelha da China*, n. XI, 21/11/1822, p. 114.

<sup>39</sup> *A Abelha da China*, n. XI, 21/11/1822, p. 286.

as *Bases da Constituição* e de o *Pregoeiro Lusitano*, em nove volumes, ambos impressos em Lisboa.<sup>40</sup> Aliás, o que seria esse Laboratório Constitucional? Decerto, serviu como local onde o público poderia interagir com o jornal macaense. O número 1 de *A Abelha da China* anunciou que fora criado em Macau o Laboratório Constitucional, situado à Janelas Verdes, de propriedade do cidadão Joaquim José dos Santos, e que ali se vendiam os exemplares do periódico por 100 reis. No Laboratório, os leitores poderiam subscrever *A Abelha*, “faser alguns avisos, e inserir suas memórias”, que poderiam realizar por meio de “carta fechada ao Redactor”.<sup>41</sup> A “carta fechada” era uma maneira de assegurar o anonimato dos cidadãos. Chego a cogitar que o Laboratório poderia ser uma loja maçônica em vista da única descrição que dele pude conseguir, pois no jornal afirma-se que

[...] estava cheio de apropriados emblemas e disticos. No meio se elle-vava uma especie de altar, em que se vião muitas luzes em castiçaes, hum painel, onde se achava escripto em grandes caracteres, este letreiro = LABORATORIO CONSTITUCIONAL.<sup>42</sup>

Após a contraofensiva do partido absolutista, no ano seguinte, o Laboratório foi fechado e o imóvel que o abrigava colocado à venda, sendo anunciado no volume 54 de *A Abelha da China*, a 6 de dezembro de 1823.

*A Abelha da China* torna-se a voz e o escudo dos constitucionalistas. O primeiro número, aliás, já estampa que o periódico é a voz do movimento constitucionalista deflagrado a 19 de agosto “em que os Macaenses arvorarão o Pavilhão da Liberdade, e derrocarão o horrendo colosso do Despotismo”. O jornal teve como finalidade informar e orientar a opinião pública sobre a nova ordem Constitucional, publicando os procedimentos do Senado desde o tempo em que ali chegaram as

---

<sup>40</sup> Clemente José de Mendonça, *O pregoeiro lusitano: historia circunstanciada da regeneração portugueza desde o Porto, seu illustre berço até a ultima conclusão das Côrtes, com varios discursos tendentes ao mesmo objecto*. Lisboa: Typografia de João Baptista Morando, 1820; *Bases da Constituição Portuguesa decretadas pelas Cortes Geraes Extraordinarias e constituintes do anno de 1821: juradas em 29 de março do mesmo anno*, Porto: Typ. da Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1821.

<sup>41</sup> *A Abelha da China*, n. I, 12/09/1822, p. 1.

<sup>42</sup> *A Abelha da China*, n. XVII, 09/01/1823, p. 65.

primeiras notícias da nova ordem das coisas em Portugal “para mostrar a marcha daquele corpo e o estado de espírito público desde aquela época”.

O segundo número, publicado a 19 de setembro, descreveu uma tentativa dos partidários do absolutismo em recuperar o governo. Foi estampado logo na primeira página que “se descobre huma conspiração de verdadeiros demagogos, que impellidos pelo espirito de seducção, de vertigem, e ambição de dominar pertenderão denegrir a Gloria Nacional, e o Patriotismo Macaense”. A suposta conspiração contra os constitucionistas ocorreu na noite da sexta-feira 13 de setembro, sendo impedida pelo “zello e patriotismo do Vereador Paulino da Silva Barbosa”, que mobilizou as tropas da Fortaleza da Barra, assinalada como o alvo dos conspiradores, que pretendiam conseguir munição para levarem à Fortaleza de São Paulo do Monte, onde organizariam sua ofensiva. Atalhada a suposta conspiração, coube ao juiz Paulo Vicente Bello investigar os envolvidos, para permitir aos macaenses continuarem gozando “dos deliciosos fructos da Santa Constituição”.<sup>43</sup> Foram implicados na devassa o capitão Alexandre Joaquim Grand-Pré, o tenente-coronel Emilio Manoel Moreira, José Caetano Malho, o alferes Francisco de Mello da Gama e Araujo, Joaquim Justiano de Vasconcellos e o sargento-mor pernambucano Antonio Francisco de Paula Holanda e Cavalcanti, que desde os tempos da Escola de Pilotos, era desafeto pessoal de Silva Barbosa. Todos foram presos e deportados para Goa.<sup>44</sup>

Para além dos militares, o Tribunal de Macau era a esfera em que se abrigavam os segmentos mais conservadores da política local. Contra aqueles protestou João Nepomuceno Maher, aguerrido liberal que publicava seus textos em *A Abelha da China*. Naquele veículo, Maher chegou a declarar que

[...] o Povo igualmente conhece, que a liberdade do Cidadão hé huma das mais essenciaes bazes da Constituição, ou para melhor dizer, hé a mesma Constituição, e que os Cidaaos jamais gozarão desta Liberdade em toda sua extenção, se não conforme a vontade do Ouvidor, esta verdade está tão plenamente provada que ninguem pode duvidar.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> *A Abelha da China*, n. II, 19/09/1822, pp. 5 e 6.

<sup>44</sup> *A Abelha da China*, n. VI, 17/10/1822, p. 24.

<sup>45</sup> *A Abelha da China*, n. IV, 03/10/1822, p. 16.

O novo regime chegou a investir na educação pública de primeiras letras. O Colégio de São José abriu as portas em 2 de junho de 1823, e os seus professores eram pagos pelo governo. Ficou definido que “dos meninos pobres nada se exigirá”.<sup>46</sup> A Escola de Pilotos também continuou funcionando naquele período.

As tensões entre portugueses e chineses eram constantes na cidade, e Barbosa teve de intervir energeticamente para evitar que a situação saísse do controle do Governo. Os moradores chineses espancaram e prenderam, na residência do Hopú da Barra, um português chamado Antonio Ferreira Batalha. Na noite de 23 de outubro, a população portuguesa e a marujada começaram um tumulto com o fim de resgatar o prisioneiro. Caso a turba invadissem o espaço dos chineses, as ruas de Macau se converteriam no cenário de um conflito sangrento. Naquela noite, o “dito Senhor Vereador [...] promoveo quanto pôde a soltura de Antonio Ferreira Batalha, e afinal conseguiu”. Num ofício que Barbosa solicitou ao redator de *A Abelha da China* que publicasse, o militar baiano ainda observou que “trabalhou muito para tranquilizar a população amotinada”, convocando a Guarda da Polícia e marchando à frente dela. A situação era extrema, e Barbosa admitiu que havia ordenado ao comandante da Polícia que atirasse nos portugueses amotinados em caso de resistência, amparado no Artigo 13 do Regulamento da Polícia de 10 de dezembro de 1801. Concluiu o ofício afirmando que “a salvação da Cidade era preferível à vida de quatro ou cinco revoltosos”.<sup>47</sup> No fim, a situação foi contornada sem o uso da força coercitiva.

Apesar de a primeira conspiração haver sido descoberta e anulada, as forças contrárias ao governo de Paulino da Silva Babosa continuaram operando em Macau. A 15 de novembro, dois meses depois de desarticulada a primeira conspiração, uma segunda conspiração foi colocada em andamento contra o militar baiano. Dessa vez, o alvo foi o próprio Barbosa. Na noite do referido dia, o grupo que pretendia “arvorar pela segunda vez o Pavilhão do Despotismo” sequestrou Barbosa. Segundo o redator de *A Abelha da China*,

---

<sup>46</sup> *A Abelha da China*, n. XXXVII, 30/05/1823, p. 154.

<sup>47</sup> *A Abelha da China*, n. XXIII, 20/02/1823, p. 91.



Lembramos porem de que o zello, e o patriotismo do Vereador Paulino da Silva Barboza, lhes havia frustrado do modo o mais sabio, e energico estes mesmos planos de conspiração de Setembro; e por isso deliberarão nos seus Clubs, que este benemerito official fosse prezo, e conduzido à Fortaleza de S. Paulo do Monte. O que com effeito se verificou.

Silva Barbosa foi ferido e maltratado. Foram também presos o juiz Paulo Vicente Bello e João Nepomuceno Maher.<sup>48</sup> Posteriormente, um relatório feito por Maher demonstrou que Miguel de Arriaga foi o suposto articulador das duas conspirações contra Barbosa.<sup>49</sup> Arriaga foi preso e deveria seguir para Lisboa a bordo do navio Vasco da Gama, mas fugiu para Guangzhou.<sup>50</sup>

Na aurora do dia 16, um batalhão autointitulado de Regenerador, colocou como seu comandante o ex-governador Castro Cabral de Albuquerque. Dirigindo-se para o Senado, Albuquerque proclamou aos habitantes de Macau que não reconhecia o governo instalado a 19 de agosto. Imputou falsas acusações ao governo de Silva Barbosa, teminando sua fala com vivas à religião, à Corte, ao rei e, ironicamente, à Constituição. Convocado, o Conselho Geral protelou qualquer deliberação. Os regeneradores se retiraram para o Forte de São Pedro, com o objetivo de buscar peças de artilharia.

Ainda na noite de 16 de novembro interveio o brigadeiro Francisco de Melo da Gama de Araújo e Azevedo (Ribeira, Ponte de Lima, 16 de maio de 1773 - Ribeira, Ponte de Lima, 17 de janeiro de 1859) — que havia sido suspeito na conspiração de setembro, mas que então ocupava o cargo de governador das armas — falou aos soldados e convenceu-os da legitimidade do governo constitucional instaurado em agosto. No dia 17, Paulino da Silva Barbosa reapareceu vivo, mas ferido. Apesar da gravidade dos ferimentos causada pelos maus-tratos, reassumiu o governo de Macau. Araújo e Azevedo voltou a se pronunciar publicamente no dia 28 de novembro, atacando os conspiradores de novembro e conclamando os soldados a serem “verdadeiros constitucionaes”.<sup>51</sup> Quatro conspiradores

<sup>48</sup> *A Abelha da China*, n. XIII, 05/12/1822, pp. 49 e 50.

<sup>49</sup> *A Abelha da China*, n. XXXVII, 30/05/1823, p. 151. Atas do Conselho Geral após as duas conspirações: *A Abelha da China*, n. XXXIV, 08/05/1823, pp. 139-42.

<sup>50</sup> *A Abelha da China*, n. XXXI, 17/04/1823, p. 127.

<sup>51</sup> *A Abelha da China*, n. XXXI, 17/04/1823, p. 127.

foram despachados presos para Goa no navio Angelica. A oposição interna em Macau foi extinta. As novas ameaças seriam externas: a fragata Salamandra, que zarpou de Goa rumo a Macau.

O ano de 1823 foi marcado por disputas entre liberais e absolutistas do Reino ao Império. Em Portugal, a reação absolutista à Revolução Liberal do Porto e à Constituição teve início entre fevereiro e abril de 1823, chefiada por Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 1.º Marquês de Chaves e 2.º Conde de Amarante, bem como pelo próprio D. Miguel. O absolutismo reforçava suas bases em Portugal. A Bahia, pátria de Silva Barbosa, ainda estava no meio da guerra de independência contra as forças militares portuguesas. Em Goa, os ventos do anticonstitucionalismo sopravam com força. Em Macau, o desembarque dos militares trazidos pela fragata Salamandra representaria a restauração do despotismo. O Leal Senado foi deposto. O número 50, de 28 de agosto de 1823, de *A Abelha da China* foi queimado defronte ao prédio do Senado, na presença dos cidadãos eleitores, como reação do governo absolutista à sua defesa da causa liberal e reivindicações de autonomia governativa. A liberdade de imprensa, que vigorou em Macau durante um ano, foi a primeira vítima da restauração do absolutismo naquele território.

## **A repressão ao movimento liberal em Macau**

Em 1823, regressou o poder absoluto a Macau, e seu arauto foi a chegada da fragata de guerra Salamandra, construída em Damão, em 1821. A Salamandra chegou a 16 de junho de 1823, comandada pelo capitão de mar e guerra Joaquim Mourão Garcez Palha, com duzentos fuzileiros e um contingente de artilharia sob comando do major José Cabral de Estifque. Na sequência do desembarque dessa força naval, os partidários do absolutismo acabaram com o movimento constitucionalista em Macau e, em fins de 1823, repuseram ali a velha ordem. O Conselho Geral de 7 de junho de 1823 ainda cogitou enviar Paulino da Silva Barbosa a Lisboa para protestar contra a ameaça que o navio de guerra representava.<sup>52</sup>

Ultrapassa os limites deste estudo narrar as estratégias que a Salamandra articulou durante dois meses para conseguir desembarcar

---

<sup>52</sup> *A Abelha da China*, n. XXXIX, 12/06/1823, p. 161.

seu contingente sobre Macau. A *Gazeta de Lisboa* publicou, em 1824, a *Narrativa abreviada dos factos havidos em Macáo desde 16 de junho, com a chegada da fragata Salamandra até 23 de setembro do coerrente anno (de 1823), dada ao publico pelo Capitão de Fragata João Mendonça Corte-Real*.<sup>53</sup> O capitão afirma que sua embarcação foi recebida com “rebeldia [...] considerada como de pirata e inimiga”. A Salamandra não era mesmo bem-vinda em Macau. O capitão ironiza a resistência do governo liberal

[...] perguntando-se em que conselho se discutio e se deliberou primeiramente que se não devia receber a Fragata? Não se vê nenhuma deliberação anterior a este respeito, a não ser ter tomado no Laboratório, a que se dizia Constitucional.

Não deixa de surpreender mais uma afirmação de Corte-Real de que Paulino da Silva Barbosa questionava a legitimidade das ordens levadas da Índia, “não cessando de insinuar ao povo, que Goa não era já autoridade superior a Macao, que a Capital procurava aderir a causa Braziliense”. É plausível que Silva Barbosa estivesse blefando, mas não deixa de ser curioso essa promessa de ligar Macau ao Brasil independente. É possível, também, que esse plano fosse fundamentado de que Barbosa, além do fato de haver nascido no Brasil, tivesse bom relacionamento com políticos ligados aos quadros administrativos do, então, recém-criado Império brasileiro. O plano de “aderir a causa Braziliense”, contudo, não teve sucesso.

O historiador Damião Peres afirma que

Apesar da oposição e preparativos de resistência de Paulino Barbosa, o comandante da Salamandra, Garcez Palha, conseguiu desembarcar. Arriaga voltou à cidade, e Paulino Barbosa com alguns companheiros foi preso e conduzido a fragata Salamandra.<sup>54</sup>

Na verdade, escapou ao historiador que foi necessário outra in-

---

<sup>53</sup> João Mendonça Corte-Real, “Narrativa abreviada dos factos havidos em Macao desde 16 de junho, com a chegada da fragata Salamandra até 23 de setembro do coerrente anno (de 1823), dada ao publico pelo Capitão de Fragata João Mendonça Corte-Real”, *Gazeta de Lisboa*, n. 96, 23/04/1824, pp. 438-41.

<sup>54</sup> Damião Peres, *História de Portugal: Ed. monumental comemorativa do 8. centenário da fundação da nacionalidade, profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses*, Barcelos: Portucalense, 1935, v. 7, p. 552.

tervenção externa, a dos mandarins chineses, para que efetivamente os agentes do absolutismo português conseguissem desembarcar em Macau. Os cidadãos resistiram ao desembarque das tropas. Um impressor da Companhia das Índias, o sinólogo inglês chamado Peter Perring Thoms, foi testemunha ocular dos eventos em Macau, em 1823, e nos legou um relato, que abaixo traduzimos:

Durante a residência do autor em Macau, capitão Paulino assumiu o governo daquele lugar, com o consentimento do bispo, o barão de Porto Alegre, conselheiro Manoel Pereira, etc., etc. Uma fragata portuguesa havia sido despachada de Goa com tropas, e um despacho dirigido ao Senado, para restabelecer a antiga ordem de coisas, mas os residentes portugueses não aceitaram a fragata desembarcar seus homens, nem mesmo o capitão para vir em terra; o povo assistiu armado à noite. Decorrido o prazo de um mês, o capitão enviou uma petição informando sua comissão para o vice-rei de Cantão, que delegou dois mandarins para ir até Macau. Eles foram atendidos por cerca de 200 soldados, com mosquetes, lanças e escudos, e foram conduzidos para dentro do Senado, os soldados ladeavam a escada, em formação. Os mandarins entraram no Senado, tomando assento no lugar mais alto. Capitão Paulino sentou-se no assento ao lado, em seu uniforme, com a sua longa espada. O capitão da fragata entrou com a carta, com a presença de um cavalheiro, como governador, que tinha vindo com ele de Goa. Padre Consalvos [sic, por Gonçalves] foi o intérprete. Os mandarins, sem qualquer cerimônia, disseram “que haviam sido enviados pelo Vice-Rei para assistir a abertura de uma carta que havia sido enviada pelo rei de Portugal”. O capitão apresentou a carta. Os mandarins desejaram que ele abrisse a carta. Ele não quis fazê-lo. Os mandarins, acenando para o Sr. Paulino, pediram-lhe para abri-la. O capitão recusou-se a entregar a ele, afirmando que suas instruções eram para entregá-la ao bispo ou ao Senado, mas nenhum deles estava presente; ele então ofereceu aos mandarins para abrir. Eles, então, questionaram ao intérprete para ler a quem estava endereçada a carta; ao ouvi-lo responder interpretado, eles também se recusaram a abrir. Naquele momento, os mandarins perguntaram se nenhum membro do Senado estava presente, a resposta foi, em mencionar cerca de meia dúzia de nomes, o bispo incluído, que todos eles estavam mal de cólera. Isto animou um sorriso dos mandarins. O intérprete chamou, então, um dos jovens sacerdotes, e disse-lhe para “ir e falar ao bispo que o escrito

estava presente”; acrescentando: “que ele virá em seguida”. Em cerca de dez minutos, o bispo entrou, usando sua cruz de ouro pendurada ao pescoço. Todos os portugueses levantaram-se e saudaram-no, beijando sua mão, quando ele passou a sala, o que despertou a atenção dos mandarins. O bispo sentou-se ao lado do Sr. Paulino. Deve ser notado que o bispo era um homem muito baixo. Mas seu semblante indicou muito boa natureza, combinada com a gravidade, e uma atitude autoritária. Ao ver o bispo sentado, sua pequena estatura animou um sorriso dos mandarins, mas em notá-lo totalmente, e vendo que existia nos seus comandados um alto grau de respeito, recuperaram suas antigas maneiras plácidas, perguntaram-lhe se ele abriria a carta, no que ele concordou. O capitão aproximou-se com a carta, que o bispo tomou, evidentemente, não satisfeito com a conduta do capitão, e abriu-a. Ao ser, assim, aberta a carta, o mandarim falou o seguinte: “A carta do Rei está sendo aberta, isto encerra a nossa comissão. Esperamos que todos os assuntos agora sejam ajustados de forma amigável entre vocês. Tem havido um longo e mútuo entendimento entre o imperador e o rei de Portugal. Vocês foram autorizados a residir na China há um grande número de anos, e têm desfrutado de todas as bênçãos que os súditos do Império desfrutam. O imperador tem notado a forma pacífica em que vocês têm vivido, e espera que vocês continuem a viver assim.”<sup>55</sup>

De acordo com a leitura do que acima foi relatado, é possível observar-se que as autoridades de Goa tentaram retomar o governo de Macau por meio da intervenção diplomática de um poder externo ao Império português, incorporado nas figuras dos mandarins. Ainda pelo que foi possível inferir, os mandarins não se intrometeram militarmente em questões de ordem interna do governo de Portugal, mas determinaram, em nome do imperador da China, que cessassem as disputas partidárias em Macau. As vias diplomáticas fracassaram, mas, após dois meses, os soldados da Salamandra conseguiram desembarcar ao sul da cidade. Logo, o major Estifique destacou 60 soldados para se apoderar do Senado e ordenou que o capitão Fernando Luiz Leite fosse à frente de 14 homens à casa de

---

<sup>55</sup> Peter Perring Thoms, *The Emperor of China v. the Queen of England: a Refutation of the Arguments in the Seven Official Documents Transmitted by Her Majesty's Government at Hong-Kong, who Maintain That the Documents of Chinese Government Contain Insulting Language*, Londres: Published by P. P. Thoms, 1853, p. 15.

Manoel Pereira, prender Silva Barbosa.<sup>56</sup> O bispo ordenou a Pereira que desarmasse seus sipaes e não criasse resistência à prisão de Barbosa.<sup>57</sup> O novo governo o prendeu, naquele mesmo dia, residindo na casa do conselheiro Manoel Pereira. Foi surpreendido durante o sono. O major Paulino da Silva Barbosa cessou as suas funções como governador eleito pelos macaenses a 23 de setembro de 1823. Aprisionado na Salamandra, a 26 de setembro Barbosa dirigiu um requerimento contra a sua prisão, divulgado nas páginas de *A Abelha da China*. Esse documento é importante porque permite visualizar aspectos da orientação política de Silva Barbosa:

Excellentissimo Governo. - Sempre declamei contra a reunião dos trez poderes no Governo, o que fiz ver ultimamente por hum Officio que derigi ao Illustrissimo e Leal Senado, protestando ate pelos prejuisos que dalí se poderião seguir a este povo. Portanto nada pode mostrar-se contra mim por este lado; por que se continuei a exercer o meu emprego, não foi por culpa minha, mas do povo que nunca quiz consentir publicamente na minha demissão pedida trez vezes publicamente.<sup>58</sup>

Decerto, como pode ser lido no número 23 de *A Abelha da China*, Silva Barbosa tentou desvincular o poder judiciário do poder executivo.<sup>59</sup> Apesar de o liberalismo vintista português possuir matrizes intelectuais e filosóficas variadas, é possível que o professor baiano estivesse orientado pelos princípios divulgados por Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, na obra *De l'esprit des lois* (1748), na qual o autor elabora conceitos sobre formas de governo e exercícios da autoridade política que se tornaram pontos doutrinários básicos da ciência política. É perceptível a influência do terceiro livro, *Dos princípios dos três governos*, que certamente fundamentou a afirmação de ser “contra a reunião dos três poderes no governo”.

Não deixa de surpreender que esta carta tenha sido publicada, visto

<sup>56</sup> Pedro José da Silva Loureiro, “Extracto de huma Cópia dos feitos da Tropa da Fragata Salamandra no seu desembarque, remetida pelo Illustrado Cidadão Pedro José da Silva Loureiro”, *Gazeta de Lisboa*, n. 97, 24/04/1824, pp. 444-5.

<sup>57</sup> “A Cópia do Officio que o Excellentissimo e Reverendissimo senhor Bispo Governador desta Cidade (de Macau) dirigio ao Illustrissimo Conselheiro Manoel Pereira, pelo Capitão Fernando Luiz Leite”, *Gazeta de Lisboa*, n. 97, 24/04/1824, p. 447.

<sup>58</sup> *A Abelha da China*, n. LV, 04/10/1823, p. 234. Esse requerimento foi impresso também na *Gazeta de Lisboa*, n. 99, 27/04/1824, p. 458.

<sup>59</sup> *A Abelha da China*, n. XXIII, 20/02/1823, pp. 87-8.

que, a partir do seu número 54, de 27 de setembro de 1823, *A Abelha da China* foi convertido num periódico a serviço dos propósitos absolutistas. Seus últimos treze números foram utilizados por Cabral e seus partidários para perseguir e desmoralizar os membros do partido constitucional, que estavam presos ou foragidos. Entre os números 57 e 62, o jornal estampou o *Manifesto ao povo de Macao pello illustrissimo capitão de mar e guerra Joaquim Mourão Garcez Palha, a bordo da fragata Salamandra em 22 de Setembro de 1823*. Em resposta ao requerimento de Silva Barbosa, o jornal publicou um despacho ridicularizando-o, seguido de um editorial anônimo que se esforçou em demonstrar o quão ilegítimo foi o movimento constitucionalista encabeçado pelo militar baiano. O padre Manuel Teixeira publicou o *Summario tirado sobre a conducta de Paulino da Silva Barboza na Governança desta Cidade pelos cargos de Vereador, e de Encarregado das Armas da mesma Cidade*.<sup>60</sup>

A Salamandra partiu para Goa levando a bordo quatro presos, o major Paulino da Silva Barbosa, Bento José Gonçalves Serva, o padre Francisco Silva Pinto e Maia e o cirurgião José de Almeida Carvalho e Silva. O historiador Manuel Teixeira observa que “Não eram estes os mais fervorosos correligionários de Paulino, mas outros que fugiram antes que os prendessem”.<sup>61</sup>

De Bento Serva já foi relatado acima o que foi possível apurar. De José de Almeida Carvalho e Silva sabemos que nasceu em São Pedro do Sul (Portugal) em 17 de novembro de 1784, filho de José de Almeida e Silva e de Maria Joaquina de Loureiro, e que faleceu em Singapura aos 27 de outubro de 1850. Na qualidade de médico da Marinha, partiu para Macau em princípios do século XIX a bordo de um vaso de guerra português. Naquela cidade, casou com a macaense Rosália Vieira de Sousa, de quem teve numerosa prole.<sup>62</sup>

Depois da referida queima pública dos exemplares de *A Abelha da China*, o periódico continuou sendo impresso sob os cuidados dos frades Agostinhos, em conformidade com o novo governo absolutista reinstalado.

---

<sup>60</sup> Manuel Teixeira, *Os militares em Macau*, Macau: Comando Territorial Independente de Macau, 1976, p. 389 e seguintes.

<sup>61</sup> Teixeira, *Os militares*, p. 387.

<sup>62</sup> Manuel Teixeira, *Portugal em Singapura*, Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1985, p. 44.

Além disso, teve como redator António José da Rocha, até a sua extinção em 27 de dezembro de 1823. Em 3 de janeiro de 1824, o primeiro jornal macaense, foi substituído pela *Gazeta de Macau* (1824-1826). Foram ao todo 67 números, e o conjunto soma 294 páginas. A folha era semanal, publicada na quinta-feira, sempre com quatro páginas, ao modo dos impressos baianos da época, a exemplo da *Idade d'Ouro do Brazil*. Houve um Suplemento ao número XV, publicado na terça-feira, 24 de dezembro de 1822, também com quatro páginas. Exceção foi o n. XLII, publicado na sexta-feira, 4 de julho de 1823, que teve 12 páginas. Quando os absolutistas da Salamandra retomaram o governo de Macau e a Typographia, o semanário passou a ser publicado aos sábados, a partir de 27 de setembro, e a trazer estampado sobre o título o desenho de uma abelha.

A primeira epígrafe de *A Abelha* era *Hoc Tempore Obsequium Amicos, Veritas Odium Parit* ou seja: *Apenas os inimigos falam a verdade; os amigos e amantes mentem incessantemente*, apanhados na teia do dever, citando o dramaturgo romano Terêncio, na sua comédia *Andria*. A partir do número 55, *A Abelha da China* passou a sair aos sábados e mudou a sua divisa para *A verdade que eu conto, nua e pura, Vence toda a grandiloqua escriptura*, extraída do canto 5 de *Os Lusíadas* de Camões, curiosamente, a mesma divisa do jornal baiano *Diário Constitucional*. No seu período reacionário e absolutista, os novos redatores da *A Abelha da China* nos indicam o destino de outros partidários do constitucionalismo, inclusive do seu redator:

Viemos finalmente a saber com certeza que se achão já em Cantão os profugos Cirurgião Domingos José Gomes, Ex-redactor d'Abelha Fr. Antonio de S. Gonsallo, Boticario João Jose dos Santos, e João Nepomuceno Maher. Ignoramos ate agora o motivo da fuga destes homens; Será porventura por impulso natural das suas pungentes consciencias?<sup>63</sup>

O padre Joaquim José Leite, diretor de *A Abelha*, foi preso a 4 de novembro de 1823, com o padre Francisco da Silva Pinto e Maia, ambos professores do Seminário de São José, mas só este último seguiu preso para Goa.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> *A Abelha da China*, n. LVII, 18/10/1823, p. 246.

<sup>64</sup> Teixeira, *Os militares*, p. 387.



O cronista mineiro José de Aquino Guimarães Freitas, apesar de comissionado como deputado enviado a Lisboa pelo Leal Senado para “felicitar sua Magestade Constiucional”,<sup>65</sup> foi um sincero partidário dos conservadores macaenses e definiu o movimento chefiado pelo major Paulino da Silva Barbosa como o “precursor do flagelo moral, que a despenhou na borda do túmulo — a imunda Ochlocracia”.<sup>66</sup> O termo de “ochlocracia” aparece no período oitocentista manejado com frequência pelos movimentos conservadores portugueses para designar o liberalismo. No contexto da *Memória* de Guimarães Freitas, a noção é utilizada para designar o partido hostil ao ouvidor Miguel de Arriaga e, em especial, os liberais macaenses organizados em torno de Silva Barbosa.<sup>67</sup>

A campanha contra Paulino da Silva Barbosa e seus partidários alcançou a Europa. As notícias das agitações políticas em Macau chegaram a Lisboa em fins de março ou princípios de abril de 1824. A partir de 12 de abril, a *Gazeta de Lisboa*, de matiz absolutista, publicou documentos e relatos acerca do episódio, confirmando o protagonismo de Silva Barbosa, “filho da Bahia”. Também foram publicados diversos extratos de *A Abelha da China*, comprovando que alguns exemplares chegaram à Europa. Os extratos foram selecionados e editados para condenar o grupo constitucionalista macaense e Paulino da Silva Barbosa. Durante sua campanha difamatória, a *Gazeta de Lisboa* indicou três adjetivos pátrios para Paulino da Silva Barbosa: primeiro, ele foi chamado de “americano”, em seguida por “brazileiro mais influente nas anteriores perturbações” e, por fim, de “filho da Bahia”.<sup>68</sup>

A *Gazeta de Lisboa* encerra sua cobertura sobre Macau atacando o governo deposto “que procurava com suas costumadas manhas revolucionárias espalhar confusão e consternação”. Em seguida, detrata Silva Barbosa, acusando-o de arrogância por, no dia de Ação de Graças, tomar a dianteira ao segurar as varas do pátio que saiu em procissão pelas ruas da cidade, passando à frente de “hum Barão, a hum Conselheiro, Commendadores, Cavalleiros e mais Nobreza de Macao”. A quebra de

---

<sup>65</sup> *A Abelha da China*, n. VII, 24/10/1822, p. 26.

<sup>66</sup> Freitas, *Memória*, pp. 9-10.

<sup>67</sup> *Supplemento ao n. 88 da Gazeta de Lisboa*, 12/04/1824.

<sup>68</sup> Corte-Real, “Narrativa abreviada”, pp. 438-41.

protocolo cerimonial fez o anônimo detrator criticar Silva Barbosa por “seu sans-cullotismo de querer nivelar Jerarquias, Dignidades, Honras e Preemencias”. Concluiu que o militar baiano merecia destino “muito semelhante a dos antigos Chefes Revolucionarios, taes, como no nosso Seculo Robespierre, Marat, Hebert, Danton, e outros [...] sendo porem assim devemos trazer-lhe a memoria igualmente os seus desgraçados fins”.<sup>69</sup>

O cadafalso estava mesmo na ordem do dia, e Silva Barbosa esteve próximo de ser enviado para a execução. Joaquim Mourão Garcez Palha, em uma carta datada de 14 de dezembro de 1825, dirigida ao ministro do Ultramar, exigiu a pena capital para Barbosa e seus companheiros.<sup>70</sup> Por muito menos do que revolucionar um território português durante um ano inteiro, subiram ao cadafalso inconfidentes mineiros (1789), conjurados baianos (1798), rebeldes pernambucanos (1817) e os conspiradores de Gomes Freire de Andrade em Lisboa (1817).

O único órgão na imprensa europeia a se levantar a favor dos prisioneiros da Salamandra foi o periódico londrino *O Padre Amaro; ou, Sovéla, politica, historica e literaria*, em 1825. Redigido por Joaquim Ferreira de Freitas, o jornal publicou uma carta escrita em Singapura, a 15 de abril de 1825, na qual o autor utilizou o pseudônimo de “Hum Amigo da Verdade”. O conteúdo da carta condenava o subsequente governo de Macau, protestando que

[...] apezar de quantos indultos, e amnistias tem publicado S. M. Fidelissima, e de huma Carta Regia terminante, e deceziva dirigida ao bispo dito, para por em inteiro esquecimento as anteriores commoçoens, respectivas a Fragata Salamandra, os que foraõ prezos, prezos estão, e prezos continuarão a estar; os que se retirarão para não ser victimas do ódio, por la andão dispersos, e separados das suas familias; sem que tão repetidos indultos tenham valido a nenhuma só das 20 e tantas victimas, que tantos são os infelizes implicados; ou melhor, que quizeraõ implicar; porquanto tres partes e meia da cidade tal Salamandra não queria, e tinham o mesmo crime, que os miseraveis deportados para Goa, e os que em Macão jazem em prisão; e quando a cidade inteira esperava por hum governador de Lisboa (F. Moreira) que muito ha estava nomeado, como unico reme-

<sup>69</sup> *Gazeta de Lisboa*, n. 99, 27/04/1824, p. 459.

<sup>70</sup> Manuel Teixeira, *Miguel de Arriaga*, Macau: Imprensa Oficial, 1966, p. 117.

dio dos males publicos, e particulares, que afligem aquelle desgraçado estabelecimento, he feito governador o tal F. Mourão, commandante da Salamandra em odio com a cidade inteira, e a cidade inteira com elle — Pois tirando duzia e meya de individuos, e que individuos! todo o restante d'aquelle povo foi contra a tal Salamandra. Veja como as couzas vão, e quaes seraõ as consequencias de hum odio reciproco!<sup>71</sup>

Também em Londres, *The Asiatic Journal* publicou a tradução da *Carta de um cavalheiro no Cantão para seu amigo em Calcutá*, datada de 15 de abril de 1824, narrando “os acontecimentos extraordinários que ultimamente desgraçaram a cidade de Macau”.<sup>72</sup> A carta assinala o revanchismo do novo governo absolutista, confirmando que o Major Paulino e os simpatizantes do governo constitucional foram enviados para Goa na Salamandra, “onde sem dúvida eles vão se encontrar com um destino difícil” e que foram desprovidos de tudo o necessário para a vida. O Cavalheiro de Cantão ainda, com retórica, pergunta-se o “Para quê?”. Ele mesmo responde:

Para segurar as rédeas de um governo que o soberano conjuntamente com toda a nação solenemente havia jurado guardar e manter. Este governo tem sido tão básico, e agiu com tanta duplicidade, que publicou em um tipo de jornal que traz petições que supostamente são do Major Paulino, no qual se afirma que ele reconheceu sua culpa e rezou por misericórdia, e coisas assim.

O jornal britânico ainda publicou a tradução do *Memorial* do major Paulino da Silva Barbosa endereçado ao governador de Macau.<sup>73</sup> A notícia dos acontecimentos em Macau chegou até a imprensa alemã, que narrou o episódio orientada pelo que foi publicado na *Gazeta de Lisboa* de 12 de abril.<sup>74</sup>

Após a prisão de Paulino da Silva Barbosa e sua extradição para Goa, pouco foi possível apurar da sua biografia. É fato, contudo, que ele retornou para o Brasil e que o Parlamento brasileiro o declarou “no

<sup>71</sup> *O Padre Amaro; ou, Sovéla, politica, historica e literaria*, tomo XI, Londres: Impresso por R. Greenlaw, 36, High Holborn, 1825. pp. 396-7.

<sup>72</sup> *The Asiatic Journal and Monthly Register for British India and its Dependencies*, v. XIX, January to June, London: Printed for Kingsbury, Parbury, & Allen, Booksellers to the Honourable East-India Company, 1825, pp. 193-4.

<sup>73</sup> *The Asiatic Journal*, pp. 193-4.

<sup>74</sup> *Österreichischer Beobachter*, n. 35, 14/05/1824, pp. 634-5.

gozo dos direitos de cidadão brasileiro, a exemplo do que se praticou com o major Paulino da Silva Barbosa”.<sup>75</sup> Por meio dessa declaração é plausível que tenha conseguido se livrar da prisão em Portugal, que estava sob o governo absolutista de D. Miguel. Como dito anteriormente, as aventuras políticas do professor e militar baiano que liderou a Revolução Liberal e Constitucional em Macau foram esquecidas nas sombras da História. Pouco sabemos do destino do major e nem mesmo quando faleceu. Ele aparece como um dos subscritores do livro do emigrado português Francisco Freire de Carvalho, *Lições elementares de eloquência nacional*, impresso no Rio de Janeiro, por Eduardo Laemmert em 1834. Foi, também, secretário do Corpo Diplomático Brasileiro em Nápoles, sendo o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário o Visconde de Itabaiana e o cônsul-geral Francisco de Paula Ferreira de Amorim.<sup>76</sup>

Apesar das muitas lacunas que permanecem, resgatar a história de Paulino da Silva Barbosa é representativo da necessidade de investigar as redes políticas que se contituíram dentro do Império português. Ademais, o ferrão da *Abelha* pode ter sido limitado, mas seu zumbido poderá continuar ecoando, numa luta constante contra o despotismo e a tirania.

*Recebido em 28/06/2014 e aprovado em 29/04/2016.*

---

<sup>75</sup> *Annaes do Parlamento Brasileiro: Camara dos Srs. Deputados, primeiro anno da quinta legislatura, colligidos por Antonio Henoch dos Reis*, Rio de Janeiro, Typographia de Hippolito J. Pinto, 1881, p. 68.

<sup>76</sup> *Relatorio da repartição dos negocios estrangeiros apresentado á Assembléa Geral Legislativa pelo ministro e secretário d'Estado dos negócios estrangeiros em a sessão ordinária de 1833*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833, pp. 15 e 35.

## **Resumo**

O presente artigo revela aspectos biográficos e a atuação política do professor e militar baiano Paulino da Silva Barbosa na criação da Typographia do Governo e do jornal *A Abelha da China*, o primeiro periódico impresso em Macau. Sua leitura permite-nos investigar os conflitos entre legitimistas (absolutistas) e liberais pelo controle do governo macaense, em seguida ao estabelecimento das bases constitucionais em Portugal e no Império Ultramarino.

**Palavras-chave:** história do jornalismo na Ásia portuguesa - revolução liberal em Macau - maçonaria.

## **Abstract**

*This article reveals biographical aspects and the political activity of the Bahian teacher and soldier Paulino da Silva Barbosa in creating the Typographia do Governo and the newspaper A Abelha da China, the first periodical printed in Macao. Reading it allows us to investigate the conflicts between legitimists (absolutists) and liberals for the control of Macau's government, after the establishment of constitutional rule in Portugal and its Overseas Empire.*

**Keywords:** History of journalism in portuguese Asia - liberal revolution in Macao - masonry.